

# PERCEPÇÃO DE JOVENS CAMPONESES SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA: UMA EXPERIÊNCIA NA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE PORTO NACIONAL – TO

Luziane Miranda da Silva<sup>1</sup>

## Resumo

Esse trabalho tem como objetivo destacar o que levou os alunos a participarem do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA da Escola Família agrícola de Porto nacional TO e quais foram os desafios enfrentados pelos concluintes dos cursos durante a participação no programa. E para saber a percepção do aluno do sobre o programa usamos como procedimento metodológico aplicação de questionários com perguntas abertas e semiestruturadas, aplicadas a 57 do total de 180 alunos. As informações analisadas permitiu inferir que os alunos escolheram participar do PRONERA por perceberem no programa uma oportunidade de profissionalização, de adquirir conhecimento, melhorar de vida e ajudar a comunidade. Além disso, para alguns o programa se mostra a única forma viável de continuar os estudos. Sobre as dificuldades destacaram como principal ficar longe da família e dificuldades pedagógicas. Contudo a percepções desses alunos mostra que PRONERA tem sido significativo na formação dos alunos assentados.

**Palavras-chave:** Educação, PRONERA, Dificuldades.

## Introdução

O campo sempre foi visto como um lugar atrasado e com uma realidade difícil, onde as políticas sociais e educacionais foram historicamente precárias. Daí nasce à necessidade de desconstrução dessa visão e mudança dessa realidade, tendo em vista que o campo é lugar de produção e reprodução cultural, de historicidade singular, palco de lutas e resistências, lócus partícipe e fundamental para definição dos rumos da sociedade brasileira.

Nesse sentido foi criado, em 1997, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária- PRONERA, visto como um instrumento de democratização do conhecimento no campo, ao propor e apoiar projetos de educação na formação técnico-profissional de nível médio e superior que utilizam metodologias voltadas para o desenvolvimento sustentável. O PRONERA nasce dessa perspectiva social de inclusão e de transformação, por isso é necessário aprofundar um debate que busque articular as discussões teóricas sobre essa política pública e a realidade prática em que ela se circunscreve no estado do Tocantins. Uma das instituições que ofertado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária no Tocantins é a Escola Família Agrícola de Porto Nacional (EFA).

A referida escola foi criada em 1994 por uma ONG denominada COMSAÚDE Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação (COMSAÚDE). Essa organização não

---

<sup>1</sup> Mestranda do Curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins.

governamental com o apoio das organizações das comunidades camponesas da região - Associações de Agricultores Familiares e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, na preocupação de resolver o problema da falta de instituições educacionais acessíveis aos estudantes camponeses. A mesma se utiliza da Pedagogia da Alternância, que tem como proposta pedagógica uma organização educacional que une diferentes experiências formativas distribuídas ao longo de tempos e espaços distintos, tendo como objetivo a formação integral dos indivíduos no que diz respeito ao seu aspecto profissional, intelectual, político e humano. Sendo esse cidadão sujeito de sua aprendizagem e capaz de agir e melhorar sua realidade.

A Escola Família Agrícola de Porto Nacional-TO já realizou três PRONERAs, sendo o último, de 2014 a 2016, voltado para a formação de magistério e técnico em agroecologia. Os cursos foram compostos por seis módulos de 30 dias cada um, ao seu final totalizando 3.200 horas desenvolvidas em diferentes espaços de formação, das quais, 2.130 horas da carga horária se passa na escola e 1.070 horas do tempo na comunidade. Esse trabalho destaca o que levou os alunos a participarem do PRONERA e quais foram os desafios enfrentados pelos concluintes dos cursos durante a participação no programa.

### **Um pouco sobre a trajetória da Educação do Campo**

A história da educação do campo no Brasil trás consigo traços de exclusão social e econômica, visto só em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/9394, é que temos a umas das primeiras referências legais que demonstra alguma preocupação voltada para as especificidades da Educação do Campo, reconhecendo a diferenciação do custo-aluno e estabelecendo em seu artigo 28 a oferta de educação básica para a população rural, onde os sistemas de ensino deveriam promover adaptações necessárias às peculiaridades da vida rural e de cada região, sendo elas: conteúdos curriculares, metodologias apropriadas as reais necessidades dos alunos da zona rural, organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; adequação à natureza do trabalho na zona rural (LDB, 1996).

Com a LDB foram abertos precedentes legais para criação de importantes documentos como as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2002) que previu a adequação do projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e

Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal, a garantia da universalização do acesso da população do campo à Educação Básica e à Educação Profissional de Nível Técnico.

Em 1998 e 2004 ocorreram as Conferências Nacionais por uma Educação do Campo, ambas com a preocupação de aprofundar o debate e refletir sobre que projeto educacional responde às especificidades dos povos do campo. Precedida de conferências estaduais e unindo muitos parceiros e educadores. Da 1ª Conferência nasceu um movimento chamado Articulação por uma Educação Básica do Campo. E dos diversos encontros surgiram iniciativas importantes como:

[...] coleção de livros para favorecer a divulgação e o embasamento da reflexão sobre a Educação Básica do Campo, o acompanhamento da tramitação no Congresso do PNE, o estímulo à realização de Seminários Estaduais e Regionais sobre Educação Básica do Campo e a articulação de Seminários Nacionais, sendo que um já foi realizado em novembro de 1999. (BRASIL, 1999, p. 8).

Esse movimento “Por uma Educação do campo” constatou que a política atual inferioriza o campo, o tem como atrasado e não disponibiliza tecnologias e educação adequadas para seu desenvolvimento. Da segunda conferência nacional fez-se mais um dos cadernos temáticos que destacou conquistas como: escolarização dos sujeitos do campo, desenvolvimento de diversas atividades com os valorizando as práticas, aumentando a produção de materiais didáticos apropriados, possibilitando maior participação dos sujeitos em seminários locais, regionais e nacionais, criação de cursos novos e a difusão do referencial teórico nas escolas, que proporcionou experiências, reflexões, estudos e pesquisas. Foram criadas parcerias com instituições públicas, como as universidades federais, estaduais e comunitárias de todas as regiões. Isso tudo contribuiu na construção do paradigma da Educação do Campo (BRASIL, 1999).

Em 2008 foram estabelecidas novas diretrizes que previram a modalidade de Educação Especial e de Jovens e Adultos para camponeses que não tiveram oportunidade de concluir seus estudos no tempo certo. O transporte quando necessário foi previsto como indispensável, assim como a participação da comunidade nas decisões referentes às questões educacionais que melhor se adequem a realidade. “A organização e o funcionamento das

escolas do campo respeitarão as diferenças entre as populações atendidas quanto à sua atividade econômica, seu estilo de vida, sua cultura e suas tradições” (Resolução-CNE, 2008, p.2).

Esse histórico demonstra que estamos vivendo um processo de construção do paradigma da Educação do Campo.

### **O PRONERA no Tocantins**

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística – IBGE (2010), o Tocantins, estado com 26 anos, tem uma população total de 1.383.445 pessoas, das quais, 79% estão na zona urbana e 21% na zona rural. Os municípios são responsáveis, prioritariamente, pela Educação Infantil e o Ensino Fundamental, a rede estadual de ensino atende prioritariamente as séries finais do Ensino Fundamental e Ensino.

Segundo uma pesquisa realizada por Nunes (2008), os estudantes que moram em área rural, na maioria das vezes, se deslocam até a sede da cidade para irem para a escola. Esse cenário não favorece o desenvolvimento do campo, pois um projeto de educação ideal teria que incorporar uma visão do conhecimento e da cultura do campo, o que não ocorre em escolas urbanas.

Nesse contexto o Tocantins, com 368 projetos de assentamentos, e mais de 25.000 famílias assentadas, o PRONERA foi implantado pela primeira vez em 1999 nos municípios de Araguaína, Guaraí, Palmas, Gurupi e Tocantinópolis. A iniciativa foi dos movimentos sociais rurais representados pelo Instituto de Formação e Assessoria Sindical Sebastião Rosa Paz- IFAS e a Federação de Trabalhadores da Agricultura Familiar do Estado do Tocantins - FETAET e da Universidade do Tocantins - UNITINS em convênio com o INCRA. Junto a outros parceiros esse grupo elaborou o Projeto: Educação no Campo: a riqueza de sua produção, que foi o marco inicial da execução do PRONERA no estado (PEREIRA, 2008, pag. 56 a 58).

O PRONERA nasce dessa perspectiva social de inclusão e de transformação, por isso é necessário aprofundar um debate que busque articular as discussões teóricas sobre essa política pública e a realidade prática em que ela se circunscreve no estado do Tocantins. Uma das instituições que ofertado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária no

Tocantins é a Escola Família Agrícola de Porto Nacional (EFA). A referida escola foi criada em 1994 por uma ONG denominada COMSAÚDE Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação (COMSAÚDE).

A EFA se utiliza da Pedagogia da Alternância, que tem como proposta pedagógica uma organização educacional que une diferentes experiências formativas distribuídas ao longo de tempos e espaços distintos, tendo como objetivo a formação integral dos indivíduos no que diz respeito ao seu aspecto profissional, intelectual, político e humano. Sendo esse cidadão sujeito de sua aprendizagem e capaz de agir e melhorar sua realidade. A Pedagogia da Alternância como proposta pedagógica consiste em uma organização educacional que une diferentes experiências formativas distribuídas ao longo de tempos e espaços distintos, tendo como objetivo a formação integral dos indivíduos no que diz respeito ao seu aspecto profissional, intelectual, político e humano. Sendo esse cidadão sujeito de sua aprendizagem e capaz de agir e melhorar sua realidade.

A experiência brasileira com esta pedagogia começou em 1969, no estado do Espírito Santo, onde foram construídas as três primeiras Escolas Famílias Agrícolas. Porém, mesmo decorridos 42 anos de sua implantação no país, essa proposta pedagógica ainda é discutida com pouca ênfase em nosso meio acadêmico (TEIXEIRA *ET AL*, 2008). Hoje as escolas camponesas que trabalham com a Pedagogia da Alternância já estão presentes em cinco continentes e, no Brasil, atualmente, estão em funcionamento em 18 estados, com um número aproximado de 200 escolas que trabalham com instrumentos pedagógicos.

Em 2015 a EFA atendia as jovens de 87 assentamentos e reassentamentos em 30 Municípios. Em 2014 foram implantadas duas turmas de Magistério – nível normal médio, e duas turmas que objetiva formar Técnicos em Agroecologia, cada uma com 45 estudantes, totalizando 180 educandos que serão escolarizados no período de 36 meses, na modalidade de alternância. Os cursos foram compostos por seis módulos de 30 dias cada um, ao seu final totalizando 3.200 horas desenvolvidas em diferentes espaços de formação, das quais, 2.130 horas da carga horária se passa na escola e 1.070 horas do tempo na comunidade. Esse trabalho destaca o que levou os alunos a participarem do PRONERA e quais foram os desafios enfrentados pelos concluintes dos cursos durante a participação no programa. .

## **Metodologia**

Para saber o que levou os alunos a participarem do PRONERA e quais foram os desafios enfrentados pelos concluintes dos cursos, durante a participação no programa, usou-se a metodologia empírica com base na pesquisa de campo. Como método de coleta de dados fez-se aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas, aplicados à 31,6% do total de 180 alunos que entraram em 2014 e que sairão 2016, sendo 16,6% da turma do Magistério e 15% do curso de Técnico em Agroecologia, representando uma amostra total de 57 estudantes. A escolha dos alunos foi feita aleatoriamente, conforme a disponibilidade dos mesmos.

O questionário foi dividido em perguntas fechadas a respeito do sexo, idade e ocupação, e questões abertas, referentes à percepção dos alunos sobre os cursos e sua contribuição e dificuldades na sua formação. No questionário de perguntas fechadas, as respostas dos entrevistados são limitadas a algumas alternativas, já no questionário aberto, as questões são destinadas a permitir verificar uma resposta subjetiva do indivíduo pesquisado (GONZAGA, 2006).

O teor dessas questões remete a pesquisa para uma abordagem quanti-qualitativa. As informações obtidas foram analisadas, o que permitiu análise e construção de reflexões e inferências. Sobre esse tipo de análise Fonseca (2010, pag. 22) afirma que: “o grosso dos resultados e conclusões é derivado de processos interpretativos, interessados em conceitos e relações entre os dados obtidos, permitindo, assim, a organização de um esquema explicativo de cunho teórico”.

## **Resultados e Discussões**

Sobre o que o que levou o estudante a escolher fazer o curso do PRONERA, têm-se os seguintes motivos: 78% destacou a oportunidade de profissionalização, adquirir conhecimento, melhorar de vida e ajudar a comunidade. Esse resultado corrobora com os de Tavares & Borges (2012), onde segundo a opinião dos entrevistados o Pronera era a proposta mais viável para que assentados possam avançar nos estudos sem precisar sair de sua propriedade. Já 15% faz o curso pela possibilidade de adquirir um aprendizado unilateral, diferente de um ensino médio em outra escola, sendo o PRONERA um dos poucos cursos que tem uma formação voltada para o campo. Sobre essa percepção é oportuno destacar que a presença de projeto educativo no campo, apoiado em valores e conteúdos próprios do campo,

faz com que o jovem enxergue o potencial que esse espaço pode oferecer para a permanência das famílias no campo. Outros 7% deram respostas variadas: por que era um curso que eu já pretendia fazer; era uma opção para não ficar parado, porque o curso é gratuito, entre outras.

As respostas mais predominantes sobre o porquê dos alunos cursarem o Pronera foram:

Para melhorar a qualidade de vida tanto econômica quanto social e para obter novos conhecimentos com o método aplicado pela EFA (Aluno 10, 2015).

Porque com certeza é uma grande oportunidade de me profissionalizar e não ter que sair para a cidade atrás de emprego e renda, e também o PRONERA tem tudo haver com a realidade que vivo no Projeto de Assentamento (Aluno 14, 2015).

Porque é muito ligado as propriedades rurais e pra mim ter a formação e passar para minha comunidade (aluno 43, 2015).

Porque a gente não tem condição de pagar uma faculdade, e o Pronera é uma educação do campo, onde você estuda a realidade do seu dia-a-dia, um estudo voltado a sua convivência enquanto agricultor e agricultora rural. Então o PRONERA nos dá essa oportunidade de ter uma profissão e trabalhar na sua própria comunidade (Aluno 52, 2015).

Além disso, alguns alunos evidenciaram em suas respostas que o programa se mostra a única forma viável de continuar os estudos, por ser o PRONERA gratuito e por isso os estudantes não precisarem ir para a cidade. Também destacaram que o ensino ofertado no PRONERA se relaciona com a realidade vivida por eles.

Com relação à percepção das dificuldades, 58% afirmaram tê-las, sendo ficar longe da família a principal. Dificuldades pedagógicas foram o segundo elemento mais citado, sendo essa relacionada a ter passado muito tempo sem estudar, por considerar que o curso tem uma carga horária muito extensa, por ter dificuldades em algumas disciplinas como física, química e matemática, textos, planejamento de aula, por entender que os professores passam muitos trabalhos e o tempo é corrido. Como mostra resposta desse aluno:

Tenho algumas dificuldades sim, o tempo é muito corrido, quando você tá começando a entender aquela matéria já muda, pula pra outra (Aluno 11, 2015).

Outras dificuldades apontadas foram: ter que acordar 05h45min para fazer as tarefas diárias da escola; no período escolar não dá para trabalhar e ter dinheiro pra ajudar a família; ter que pagar alguém pra cuidar dos animais quando vem pra escola. Essas dificuldades ocorrem em função do modelo de alternância.

A percepção dessas dificuldades aponta a forte ligação dos alunos com a família sendo o elemento saudade o mais citado. Já às dificuldades pedagógicas podem estar relacionadas às próprias carências educacionais vividas pelos alunos, principalmente nas áreas

das disciplinas de exatas. Historicamente, as escolas do meio rural sempre foram excluídas pelas políticas públicas, materializadas no próprio currículo, salas multisseriadas, pouco investimento para a formação de professores. Os graves problemas de falta de acesso e de baixa qualidade da educação pública destinada à população camponesa foram mostrados através da Pesquisa de Avaliação da Qualidade dos Assentamentos de Reforma Agrária, realizada pelo INCRA em 2010. Ela mostrou que a região Norte possui 390.752 famílias assentadas, dessas, o índice médio de pessoas não alfabetizadas é de 14,74%. As que têm nível de escolaridade de 1ª a 4ª série é de 44,89% e apenas 27,41% cursaram o nível fundamental completo; 6,72% têm o ensino médio incompleto; 4,99% completaram o ensino médio; menos de 1% completou algum curso de nível superior ou está cursando (BRASIL, 2012 p. 10). Os demais alunos (42%) afirmaram não encontrar dificuldades.

Apesar das dificuldades, 57% dos alunos não consideram o curso difícil porque entendem que com interesse e o esforço não tem dificuldade. Também citaram a qualificação dos professores como fator determinante na superação das dificuldades. Essa percepção revela a disposição e o empenho em superar suas dificuldades. Os 43% que consideram o curso difícil citam como sendo principal motivo a alta quantidade de conteúdo e pouco tempo para estudá-los. Outros motivos são: muita troca de professores e muitas atividades no tempo comunidade. A alta quantidade de conteúdo é um problema recorrente nos modelos de educação por alternância, pois os alunos ficam apenas janeiro (às vezes parte de fevereiro) e julho (às vezes parte de agosto) estudando. As demais atividades são no período comunidade. Sobre troca de professores pode ser um problema referente à disponibilidade de professor para atuar em períodos provisórios.

Então como resolver esses problemas? Como realizar o PRONERA com melhores condições de aprendizagem? A principal dificuldade apresentada, a saudade do convívio familiar, é inerente a vida humana e foge de ações da própria escola. Entre as dificuldades pedagógicas, algumas apresentam problemas estruturais como o tempo que os alunos ficaram fora da escola, esse é um fato que não tem como ser recuperado. A alta quantidade de conteúdo é um problema recorrente nos modelos de educação por alternância. No caso em análise em que se destacou a excessiva carga horária de aula, impossibilita ações de intervenção escola para alunos com maior deficiência como reforço.

### **Considerações Finais**



Os alunos participantes do Pronera têm uma percepção que demonstra confiança no curso e nas possibilidades concretas de inclusão proporcionadas a esses indivíduos no mundo do trabalho e da inclusão social. Além disso, enxergam a possibilidade de adquirir um aprendizado integral diferente de um ensino em outra escola, uma vez que o Pronera é um dos poucos programas que tem uma formação voltada para o campo.

O programa tem influenciado significativamente na aprendizagem, na convivência e na formação dos alunos que acreditam também estarem sendo estimulados a permanecer no campo, formarem uma consciência ambiental e a terem uma visão mais ampla de mundo e da luta por seus direitos enquanto assentados.

Sobre a percepção das dificuldades, a mais citada foi a saudade da família e dificuldades pedagógicas. Apesar das dificuldades, a maioria dos alunos não considera o curso difícil por entendem que com interesse e esforço não tem dificuldade, também citaram a qualificação dos professores como fator determinante na superação das dificuldades. Os que consideram o curso difícil citam como sendo principal motivo a alta quantidade de conteúdo e pouco tempo para estudá-los.

Portanto, as percepções desses alunos amplia as discussões a respeito dos paradigmas de uma educação no campo e nos mostra que Pronera tem sido significativo na formação dos alunos assentados e se efetiva como um projeto educativo que viabiliza o desenvolvimento do campo através da intervenção de seus sujeitos, estando eles mais preparados para essa luta. Assim, estudar a educação do campo se configura um tema importante e necessário que se vincula a formação do povo brasileiro, sendo ainda um desafio teórico atual que se estabelece como uma necessidade para superar a precarização do processo de educação formal no campo.

### **Referências Bibliográficas**

AEFA - Associação de Apoio a Escola Família Agrícola de Porto Nacional. **Formação de Educadores nas Áreas de Reforma Agrária em Pedagogia da Alternância. Magistério de Nível Médio.** Porto Nacional, 2013.

Brasil . Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental.

**Cadernos temáticos: educação do campo / Paraná.** - Curitiba: SEED-PR, 2005. - 72vp.  
Disponível em  
<[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos\\_tematicos/caderno\\_tematico\\_campo01.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/caderno_tematico_campo01.pdf)> Acesso em 31 de dezembro de 2014.

**BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº 9.394/96. Disponível em  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.html)> Acesso em 13 de janeiro de 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Manual de operações, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA**. Brasília, 2012. Disponível em <[http://www.incra.gov.br/sites/default/files/programa\\_nac\\_educacao\\_reforma\\_agraria.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/programa_nac_educacao_reforma_agraria.pdf)>. Acesso em 22 de janeiro de 2015.

\_\_\_\_\_. **Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas** / Edgar Jorge Kolling, Paulo Ricardo Cerio-li, e Roseli Salete Caldart (organizadores). Coleção Por Uma Educação do Campo, Brasília, DF:,2002. n.º 4. Disponível em <[http://www.incra.gov.br/sites/default/files/programa\\_nac\\_educacao\\_reforma\\_agraria.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/programa_nac_educacao_reforma_agraria.pdf)>. Acesso em 22 de janeiro de 2015.

\_\_\_\_\_. Câmara de Educação Básica Resolução CNE/CEB. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. 2002. Disponível em <[http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn\\_resolucao\\_%201\\_de\\_3\\_de\\_abril\\_de\\_2002.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_resolucao_%201_de_3_de_abril_de_2002.pdf)>. Acesso em 22 de janeiro de 2015.

\_\_\_\_\_. Câmara de Educação Básica Resolução CNE/CEB. **Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo**. 2008. Disponível em <[http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn\\_resolucao\\_2\\_de\\_28\\_de\\_abril\\_de\\_2008.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_resolucao_2_de_28_de_abril_de_2008.pdf)>. Acesso em 22 de janeiro de 2015.

GONZAGA, Amarildo. **Introdução à pesquisa em Educação**. Manaus: Universidade Estadual do Amazonas, 2006.

PEREIRA, F.A. **A Educação de Jovens e Adultos: um olhar sobre o PRONERA no norte do Tocantins**. Dissertação de Mestrado- Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa 2008.

PPP- **Projeto Político Pedagógico da Escola Família Agrícola**. Porto Nacional, 2011.

TEIXEIRA E. S, et al TRINDADE G. A. e BERNART, M. L. **Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil**: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa na Universidade Tecnológica Federal do Paraná 2008.